



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogério Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVEDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de política educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina


A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



Título: Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná.

Autora: Melissa Colbert Bello


Endereço eletrônico: melicolbert@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho busca compreender como se dava a participação de professoras e professores no movimento docente de 1968, o chamado Congresso do Magistério. O objetivo é abordar as representações sobre essa mobilização a partir da memória dos/das participantes visando compreender quais eram suas representações sobre a profissão, a participação na Associação de Professores, as relações de gênero, e sobre sua participação nos movimentos realizados nesse contexto. Nesse momento tomaremos como fontes a imprensa diária do Paraná: jornais Estado do Paraná e Gazeta do Povo, fragmentos documentais da Associação de Professoras/es do Paraná (APP) e documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS) além de algumas publicações sobre a história da APP que referem-se a esse contexto. O olhar para as relações de gênero, abordadas principalmente a partir das memórias de professoras se deve ao fato de que mesmo que a categoria profissional docente seja composta majoritariamente por mulheres, nem sempre esse fato é levado em conta nas análises sobre os/as profissionais envolvidas/os na educação. Nesse sentido, pretendemos compreender o movimento de professores/as de outubro de 1968 levando em conta as representações percebidas na imprensa, nos relatos de agentes da DOPS, do governo estadual e dos/as dirigentes da APP do período. Partindo da leitura das representações presentes nesses fragmentos faremos algumas considerações sobre como as relações de gênero aparecem nesses registros escritos. Essas considerações e hipóteses serão desenvolvidas a partir da próxima fase da pesquisa, que abordará com foco nos relatos orais de participantes desse movimento, as relações entre as representações de gênero e de docência no período e também avaliará o modo como a prática da atuação política das professoras entrevistadas se relacionava, acomodando-se ou conflitando, com essas representações. Melissa Colbert Bello é mestranda da Linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná e professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná.
Palavras – chave: DOCENTES – EDUCAÇÃO – HISTÓRIA

Introdução

Em quatorze de outubro de 1968, o presidente da Associação de Professores do Paraná, comunicava o então delegado da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) que, conforme havia sido decidido em assembléia, no dia das/os professoras/es, 15 de outubro, seria realizada uma missa campal, nas imediações do Centro Cívico de Curitiba. (ZANARDINI, 14/10/68. p. 6). O Centro Cívico é o bairro que sedia o Palácio do Governo, a Assembléia Legislativa e o Tribunal do Júri, concentrando, portanto, as sedes dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário sendo até hoje palco de mobilizações que




envolvem o funcionalismo público. No dia 16 de outubro, a Gazeta do Povo jornal de oposição ao então governador do Estado do Paraná, Paulo Pimentel, publicava a seguinte manchete: *Mestres encerram manifestação na Assembléia Legislativa* (Caderno 3, p. 1) enquanto o jornal Estado do Paraná, de propriedade do então governador noticiava na capa: *Professor terá seu estatuto* (16/10/68. Caderno 1, p. 1). As matérias registravam a passeata realizada por professores e professoras da rede estadual de ensino, saindo da Catedral Metropolitana de Curitiba e se dirigindo à frente da Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governo.

A partir desse dia, os jornais vão trazer diariamente as notícias da paralisação das atividades das/os professoras/es nas escolas e das suas reuniões diárias na sede da Associação dos Professores do Paraná (APP). Começava então a *greve não declarada*, termo usado pelo jornal O Estado do Paraná. Denominado pela Associação de Professores de “Congresso do Magistério”, o movimento manteria os/as professores/as reunidos/as diariamente na Sede da APP para discutir os seus problemas e cobrar do governo do estado a sua solução. O movimento teve duração de duas semanas, recebendo atenção diária da imprensa local até o dia 31, quando o fim da paralisação e a votação do Estatuto do Magistério, principal reivindicação do movimento, é anunciada nos dois jornais.

A primeira vista parece contraditória uma ampla mobilização envolvendo aquela categoria profissional que era representada como agente de uma atividade ou missão superior: a docência. Mais ainda, pelo fato de que a grande maioria dessa categoria profissional é composta por mulheres o que exige entender sua participação num movimento que se contrapõe ao poder do Estado, num contexto em que a justificativa para a atuação das mulheres no magistério estava pautada em idealizações sobre a mulher. Concepções que afirmavam uma suposta sensibilidade e *docilidade da natureza feminina*, e em que se considerava o ensino, principalmente das crianças pequenas, uma extensão da casa, do espaço privado e, portanto, das habilidades maternas. Daí nossa motivação para estudar essa mobilização.

Um recorte

Optei por discutir nesse artigo, questões que compõem a minha pesquisa de mestrado, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), especificamente na linha de História da




Educação. A proposta geral da pesquisa é compreender como se dava e como era representada a participação das/os professoras/es no movimento docente de 1968 e problematizar, principalmente a partir de relatos de memórias a participação das professoras no movimento e como essa atuação reivindicativa se relacionava com a representação sobre sua identidade. Compreender ainda essa participação a partir das relações de gênero, olhando tanto para as relações entre professoras e professores do movimento como para as relações pessoais de âmbito privado. Pensamos que para as mulheres e homens envolvidas/os, a atuação pública e política das mulheres professoras trazia matizes às suas representações sobre a profissão, sobre si mesmas/os e sobre a sua participação na esfera pública.

Delimitamos especificamente esse evento, o Congresso do Magistério, uma paralisação realizada em 1968 em todo o Estado para situar a busca de fontes e a análise. Como ponto de partida e base de comparação tomaremos como fontes a imprensa diária, jornais Estado do Paraná e Gazeta do Povo, fragmentos documentais da Associação de Professoras/es do Paraná (APP) e de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS). A opção por entrevistar professoras, por tomar suas memórias como fonte se deu pelo fato de que a categoria profissional docente é composta majoritariamente por mulheres, contudo, como pontua Guacira Lopes Louro

na maior parte das vezes, as mulheres e as mulheres professoras são definidas, e portanto representadas, mais do que se definem. Homens - parlamentares, clérigos, pais, legisladores, médicos - auto-arrogando-se a função de porta-vozes da sociedade, *dizem* sobre elas. Como consequência, elas também acabam, frequentemente, definindo-se e produzindo-se em consonância com tais representações. (LOURO, p. 465, 1997).

Pensamos que as memórias nos ajudarão a explicitar algumas marcas que as relações de gênero que compõem a sociedade e as instituições escolares imprimem nos/nas sujeitos/as dessa profissão. Nesse sentido, interessa compreender como se associam às representações de feminino, às de docência no período bem como avaliar como a prática da atuação política dessas professoras se relacionava, acomodando-se ou conflitando, com essas representações. Pensamos que os relatos possibilitam o acesso as representações que elas/es fazem/faziam sobre si mesmas/os, sobre as/os outras/os professoras/es, e sua atuação no movimento. Esses relatos podem ser confrontados com outras representações que se fazem sobre elas/es, por exemplo com aquilo que dizem



sobre elas/es nos jornais, nos relatórios policiais, nos comunicados da APP as/aos professoras/es e aos pais e mães das/dos estudantes.

A partir disso poderemos perceber o quanto suas memórias refletem e coincidem com as representações do Estado, da Imprensa e da direção da Associação de Professores. Por outro lado pensamos que poderemos também visualizar a partir das reflexões sobre suas experiências de vida e de mobilização, o quanto essas memórias se distanciam das outras representações.


Para os limites desse artigo, tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento, nossas análises serão feitas apenas a partir dos fragmentos documentais: referências feitas ao movimento das/dos professoras/es e suas reivindicações nos jornais Estado do Paraná e Gazeta do Povo, documentos da Associação de Professoras/es do Paraná (APP) e da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS) e notas da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) do Estado, publicadas nos jornais. Observaremos nesse primeiro momento de que forma a participação de professoras/es ficou registrada nos documentos a que tivemos acesso e isso nos possibilita definir hipóteses que irão orientar a realização das entrevistas com sujeitas/os do movimento, abordando posteriormente as memórias sobre ele.

Na escrita do texto, como se observa até o momento, optamos por grafar a duplicidade de gênero nas referências a sujeitos: professoras e professores, homens e mulheres. Tal escolha se referenda num posicionamento político feminista. A idéia é evidenciar a presença feminina, ainda que a norma gramatical da língua portuguesa indique que os artigos, pronomes ou substantivos masculinos incluem ambos os gêneros advém da busca de coerência com nosso objeto de pesquisa e referencial de análise¹. Optamos também por alternar a ordem dos substantivos e artigos masculinos e femininos ao longo do texto de forma aleatória buscando evitar a idéia de uma prevalência para o gênero que aparece primeiro, seja ele masculino ou feminino.

Nesse sentido faremos inicialmente algumas considerações sobre os estudos de gênero, de memória e da história da educação que orientam nossa análise das fontes documentais, sendo fundamentais para esse trabalho.

Estudos de Gênero, Memória e História da Educação: algumas leituras

Para a realização desse trabalho, inserido na área da história da educação, buscamos perceber como podemos associar as representações de docência às




discussões de gênero. Para isso foi necessário estabelecer relações com a produção da nossa área, que entrecruza dois campos disciplinares: a história e a educação, olhando especificamente para o que se refere às relações de gênero e ao diálogo com as teorias feministas.

Os debates teóricos sobre as relações de gênero têm uma história, assim como as relações de gênero e a maneira como elas se configuram têm história, essa bem mais longa. Essas histórias têm vínculo com espaços e contextos específicos, o que implica em significados distintos de acordo com esses contextos. Isso nos alerta para um primeiro cuidado que precisamos ter ao refletir a partir desses referenciais: Levar em conta que a categoria gênero é contextual e que também são contextuais e historicamente situadas as teorias e estudos sobre elas. Além disso, os contextos históricos ou as delimitações espaciais que possamos recortar não são homogêneos. Cada período ou cada lugar contém em si grupos e projetos diferentes em disputa, está marcado por complexas relações de sociais. Dessa forma, a produção de significados e práticas assimétricas de gênero nos contextos sociais estará sempre relacionadas a diferentes contextos específicos. As explicações teóricas sobre elas, seguindo essa mesma lógica, também se vinculam aos seus contextos de produção. Por isso, produções atuais tendem a discutir e revisar enfoques e categorias que as precederam, estabelecendo tanto uma disputa por posições e inserções no campo de pesquisa com pesquisas que lhes são contemporâneas, como se inserindo no contexto histórico dessa produção intelectual e da área do conhecimento ao qual estão filiadas. Nesse sentido, em contextos diferentes de produção, as/os teóricas/os realizaram seus estudos, buscando responder a questões que eram caras a seus propósitos teóricos e políticos.

Os estudos de gênero se constituem também num campo multidisciplinar e interdisciplinar e, muitas vezes têm sido atribuído ao feminismo, enquanto movimento social e às teorias feministas, o mérito de ter proporcionado, principalmente às ciências sociais, questionamentos as problematizações que contribuíram para transpor suas fronteiras.

O vínculo que as teorias de gênero possuem com o debate político feminista, exige posicionamento diante das teorias compreendendo a historicidade dos debates e, a partir daí, como eles dialogam com as áreas específicas de conhecimento, muitas vezes provocando mudanças paradigmáticas no seu interior. Um exemplo clássico desses movimentos na área de história, é o trabalho de Joan Scott (1995) que, partindo de uma perspectiva teórica feminista, vai fazer um diálogo com a disciplina a qual se filia - a



história - mostrando como o feminismo proporciona a essa disciplina uma categoria útil para pensar as sociedades: a categoria gênero. Muito mais do que isso, a autora discute que mudanças teóricas e epistemológicas essa categoria traz consigo.


O olhar histórico para a produção teórica feminista possibilita desnaturalizar as categorias além de propiciar a compreensão das tensões que envolvem as produções teóricas e conceituais nesse campo. Além disso, o contato com diferentes possibilidades metodológicas e epistemológicas que envolvem as discussões teóricas de gênero e que a tomam como referencial analítico, certamente contribuiu com novos olhares para a nossa pesquisa.

O objeto de nosso estudo é também fruto de um contexto. Tanto de um tempo, de um momento da produção teórica, mas também é marcado pela nossa experiência pessoal e social. Essa experiência foi enriquecida pela possibilidade de compreender os processos de construção das teorias e das próprias relações sociais marcadas pelas relações de gênero, trazendo mais elementos para a compreensão dessas questões no interior do nosso campo de pesquisa.

As experiências pessoais, profissionais e as leituras que fizemos nos levam ao entendimento de que as relações de gênero compõem as representações e práticas da docência e orientam o nosso olhar para a realidade que buscamos conhecer, por isso pensamos que é necessário nesse momento olhar para o campo teórico da história da educação e perceber como ele tem dialogado com essa categoria e com os referenciais teóricos feministas.

Na análise que fazem da constituição histórica do campo da história da educação no Brasil, Luciano Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal (2002/2003) observam que um dos temas da produção na área que vem crescendo é a história da profissão docente. Destaca-se que dentre esses estudos, a análise das questões de gênero é significativa (CATANI, 2003) pois, com base nas reflexões sobre feminização da profissão pode-se dizer que representações de profissão e de trabalhos masculinos e femininos historicamente estiveram associadas.

Da mesma forma que a literatura que trata de saberes docentes, a reflexão sobre gênero e sobre gênero na docência têm mostrado que, assim como na afirmação clássica de Simone de Beauvoir *Não se nasce mulher, torna-se mulher*, o fazer-se homem ou mulher, professor ou professora são frutos de construções históricas e culturais que como tal mantêm relação com outras questões determinantes. (classe social, questões étnicas, tradições religiosas e culturais entre outras). Nesse sentido, algumas autoras são



fundamentais para o debate sobre gênero na história da educação. Destacamos a professora Guacira Lopes Louro (1989, 1995, 1997, 1998) que em diferentes trabalhos demonstrou que a escola, assim como a sociedade, é *atravessada pelos gêneros*, ou seja “que é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”. (LOURO, 1998. p 89). Para além disso, essa autora vai demonstrar que o ofício de professor/a estará marcado por essas construções dos gêneros, por construções de masculino e feminino.

Historicamente o conceito de gênero surge para referir-se à construção social e histórica de sujeitos homens e mulheres, mas, na sua perspectiva, o conceito se consolidou pela sua carga conceitual mais densa e compreensiva onde inscrevem-se além do social, o biológico, a cultura e a natureza. Citando o artigo clássico de Joan Scott (1995) onde ela defende o conceito de gênero como categoria de análise histórica, Guacira aponta as contribuições dessa autora para a reflexão sobre o referencial teórico pós-estruturalista com o qual se aproxima. Guacira Louro afirma que a história da educação não pode ignorar os debates que mobilizam os historiadores, nesse caso, a perspectiva de gênero no debate teórico da história. Scott a leva a afirmar que “gênero é mais do que uma categoria apreendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais” (LOURO, 1995, p.103), por isso categoria útil à história e a história da educação. Essa afirmação, segundo Guacira:

implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são genericadas, ou seja, expressam as relações sociais de gênero. Em todas essas afirmações esta presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização e educação dos sujeitos. (LOURO, 1995, p.103).

A escola, assim como a profissão do magistério, é genericada. A partir dessa constatação a autora propõe que se submetam as categorias masculino e feminino à crítica e convida a analisar, levando em conta o contexto, a forma como opera cada oposição binária baseada no gênero, problematizando a sua construção hierárquica ao invés de tomá-la como um dado. (LOURO, 1995, p. 84)

Outra referência importante por aproximar os estudos de Gênero, no período ainda muito marcados como estudos sobre mulher, aos debates educacionais é o artigo Cristina Bruschini e Tina Amado (1988). Para elas o destaque para as relações de gênero na docência, que hoje já é significativo na área, ganhou amplitude somente a partir do final dos anos 1980, período em que as greves de professores/as ganham visibilidade no debate nacional, com a conquista, na Constituição de 1988, do direito a greve pelas/os



funcionárias/os públicos.


Nesse contexto, o debate sobre a profissão e seus/suas profissionais trouxe à tona a discussão sobre a feminização da profissão, mesmo que o olhar para a composição feminina dessa categoria profissional, muitas vezes fosse feito em tom de crítica, como se a *condição feminina* fosse um obstáculo à profissionalização e à politização dos movimentos docentes. (BRUSCHINI; AMADO, 1988). Nesse contexto Tina Amado faz a tradução de um artigo de Michael Apple (1988) autor que também é referência na reflexão sobre gênero na profissão docente. (APPLE, 1987,1988)

Essas diferentes perspectivas e leituras da profissão docente trazem as referências às relações de gênero e à feminização do magistério aludindo ao fato de que a profissão seja relacionada à atributos convencionados como femininos como o cuidado, o carinho, a dedicação, a amorosidade e a doação. A desvalorização econômica da profissão também é abordada associada a essa feminização. O debate sobre classe social é bastante presente nesse contexto e marca a produção educacional no período. Discute-se em relação as/os professoras/es, sobre o pertencimento à classe trabalhadora ou à classe média, e como esses pertencimentos refletem-se em seu engajamento político e na sua prática profissional. Os estudos de gênero voltados ao magistério estabelecem outros referenciais para pensar a profissão, nesse sentido a compreensão do processo de feminização do magistério articula categorias como gênero e classe social na configuração da identidade docente como *trabalho de mulher*.

Bruschini e Amado (1988) olham para a produção que as antecede e afirmam que apesar da atividade docente, principalmente o magistério primário ser uma ocupação feminina, havia pouca articulação entre a pesquisa em educação e os estudos de gênero no Brasil. Hoje podemos afirmar que essa articulação vem sendo realizada e que muitas dessas discussões se interpenetram em trabalhos mais recentes sobre a docência. Partindo da constatação da composição majoritariamente feminina do magistério, colocam a categoria gênero como fundamental para pensar o trabalho e a prática social, política e pedagógica das/dos professoras/es. (CARVALHO, 1996, GARCIA, HYPÓLITO, VIEIRA, 2005, VIANNA, 1996, 2000).

Contudo, podemos afirmar ainda, que a crítica que essas autoras fazem às teses que elas analisaram é pertinente, pois muitos trabalhos de educação mantêm-se cegos a categoria gênero e mesmo quando constata a presença majoritária de mulheres na profissão, continuam desconsiderando esse fato nas suas análises.

Por outro lado enfoques recentes nas experiências, nas histórias de vida relatadas




por professores/as percebem que a categoria gênero pode suscitar questões relevantes sobre as suas práticas sociais, profissionais, pedagógicas, posicionamentos políticos e também sobre os contextos educacionais. É na e através da experiência de vida que nos tornamos professores/as e que orientamos nossas práticas. As histórias e experiências singulares de vida e docência também estão ancoradas em contextos sociais e refletem práticas e concepções compartilhadas entre seus/as pares e no meio social em que estão inseridos/as.

A realização de entrevistas, com professoras/es sujeitas/os desses processos, permite conhecer aspectos sociais que são compartilhadas num momento histórico, espaço e campo profissional. Destacamos que as reflexões e trabalhos sobre a docência que entendem os/as professores/as como sujeitos, apontam a relevância do uso da memória, da autobiografia, para abordar os cruzamentos entre gênero e docência. Recentemente, diversos estudos de história da educação vem articulando o trabalho com memórias com a reflexão sobre a profissão docente, apontando também as relações de gênero como um aspecto central para compreender as experiências singulares e convergentes de professores/as. (CATANI, 2003; FARIA FILHO, VIDAL, 2002/2003)

Nesse sentido algumas referências são indispensáveis, como a das protagonistas do Grupo de Estudos de Docência, Memória e Gênero da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, Belmira Bueno, Cynthia Sousa, Denice Catani e Maria Cecília Souza (1996, 2000) com um conjunto de pesquisas nessa interface, pensada a partir da produção autobiográfica desses sujeitos, essas autoras suscitam muitos desdobramentos e debates se constituindo como referência constante nessa abordagem. Segundo elas,

a história da forma pela qual esses temas foram se impondo a nós cabe sublinhar um interesse comum e os investimentos partilhados por nós no âmbito da história da educação. É mesmo esse fato e os estudos que vínhamos realizando, aliado à predominância evidente das mulheres no curso de pedagogia e nas ações que vieram a ser desenvolvidas com pessoas já atuantes no magistério que sugeriram para nós a consideração obrigatória das relações de gênero. E essa tentativa tem sido feita pelo esforço de desnaturalizar a visão feminizante que perpassa o trabalho docente, entre nós, o que evidencia a forma pela qual se reservou as mulheres uma esfera de atuação destinada a preservá-la de contatos mais produtivos com o conhecimento. Um tal trabalho deve colaborar ainda para colocar em questão a forma pela qual, como mostra Joan Scott ao retomar a argumentação de Bourdieu - instauram-se a partir das relações de gênero modalidades de divisão do mundo 'que operam como princípios de hierarquização e, portanto, de poder'. (BUENO, CATANI, SOUSA, SOUZA, 2000, p. 17)



Para essas autoras a identidade docente é abordada a partir da perspectiva da história de vida de diferentes sujeitos, das relações que estabeleceram com a escola, bem como com o significado por eles/as atribuído às suas histórias de escolarização e para a formação da sua identidade de professores/as. Para elas, conceber a formação da identidade docente a partir dos cursos de licenciatura ou magistério ou apenas a partir da experiência profissional é um equívoco, pois ignora o papel das experiências escolares anteriores e as possíveis relações que essas mantêm com as experiências profissionais que têm lugar após o término dos cursos. Por isso afirmam a relevância de reconhecer as imagens incorporadas desde a infância do/a professor/a como configuradoras de identidades profissionais docentes.

Os debates, também provocados pelos movimentos e teorias feministas, em torno da restauração do papel dos indivíduos no campo da história e a ruptura da hierarquia entre estruturas objetivas e representações subjetivas oferecem a justificativa necessária para que se considere relevante a pesquisa com base em histórias pessoais, em relatos de sujeitos comuns, em reflexões sobre experiências. Na perspectiva da história cultural, autores como Roger Chartier, têm afirmado que não há uma hierarquia ou determinação unilateral das estruturas sociais sobre os sujeitos, mas sim, articulações entre ambos. O sujeito é agente de mudanças sociais, contudo destaca-se que sua ação também se dá em meio a constrangimentos sociais. (CHARTIER, 1994). Nesse sentido interrogar os sujeitos pode contribuir para compreender as instituições a que pertencem e o meio em que se inserem, assim como o caminho inverso também é verdadeiro. Daí o interesse na utilização e cruzamento de fontes diversas articuladas aos relatos orais uma vez que como afirma Guacira louro:

a história oral pode e deve ser realizada não só para pesquisar sujeitos ou temas aos quais não se teria outra forma de acesso, mas também, e com destaque, para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir outras perspectivas de análise, estabelecer relações e articulações entre fatos, sujeitos e dimensões de um estudo. Estas preocupações podem, algumas vezes, ser atendidas através do exame de registros escritos, mas ainda assim a análise de fontes orais representará um enriquecimento significativo. (LOURO, 1990, p. 22-23)

Se as memórias são consideradas formas privilegiadas para a análise dos sujeitos silenciados e favorecer novas perspectivas é fundamental considerar as interseções entre os estudos de memória, da educação e das reflexões sobre gênero. É ainda Guacira



Louro que afirma:

Na educação, esta abordagem histórica pode trazer uma compreensão mais densa das salas de aula, da representação do trabalho para professores e estudantes; pode iluminar os lugares ocultos da vida escolar; apontar as formas mais sutis de resistência desenvolvidas pelos diferentes agentes do processo educativo; sublinhar os efeitos de currículos, normas, diretrizes; permitir uma leitura mais ampla do educativo que existe nas relações familiares, comunitárias, políticas, etc. Ela é também, sem dúvida, uma abordagem estreitamente articulada à história das mulheres, área à qual me dedico e que me parece, por sua vez, muito vinculada à educação. Michelle Perrot usa uma expressão interessante, quando diz que "o desenvolvimento recente da história dita 'oral' é de certo modo uma revanche das mulheres. Como já foi assinalado, dos excluídos da história (operários, mulheres, crianças, negros, camponeses...) pode-se mais facilmente ouvir a voz desta forma. Com relação às mulheres, talvez acabe ocorrendo quase uma inversão, pois, como lembra Michelle, nesta abordagem histórica, elas são mais comumente pesquisadoras e pesquisadas. Seja por sua maior longevidade (o que lhes dá um papel de testemunhas sobreviventes), seja por sua menor dificuldade de contar sobre a vida privada (família, educação dos filhos, dificuldades econômicas, etc), elas acabam se tornando preferencialmente pesquisadas. (LOURO, 1990, p.23)

O objetivo de uma parte considerável da historiografia tem sido reunir e compreender a gente comum, aqueles que vivem e fazem a história, mas não pertencem aos grupos dirigentes, assim como historicamente as mulheres têm sido tratadas na esfera pública. O desafio metodológico para o qual os/as historiadores/as têm desenvolvido respostas é como tratar de novos objetos para os quais não havia preocupação de registro. O uso de novas fontes, como as judiciais por Carlo Ginzburg ou o uso das fontes orais são exemplos de respostas a esse desafio. Respostas que tornam o trabalho dos historiadores mais rico, mas também mais complexo. Que impõem o reconhecimento da complexidade de cada fonte e de sua gestão e abordagem. Que tornam a história um campo de variadas especializações. (PIZZETI, 2003)

Dessa forma, a partir das memórias de professoras buscaremos conhecer as representações sobre sua identidade, atuação profissional e política e ainda, em que medida, a categoria gênero nos permite dialogar, nesse contexto histórico, com as representações sociais da profissão docente. As teorias feministas nos motivam a pensar na possibilidade das identidades profissionais e de gênero se articularem e se transformarem a partir da participação em mobilizações sociais. Nesse sentido, a análise das memórias de professoras sobre sua participação no movimento grevista de 1968 abrirá algumas possibilidades de leitura sobre relações de gênero e atuação profissional




nesse período histórico.

Para as discussões sobre as representações utilizaremos o referencial de Roger Chartier (1990, 1994) que também nos traz elementos para pensar o papel dos indivíduos e suas práticas na história. Sobre a memória e suas relações com a história auxiliam-nos alguns autores como Pierre Nora (1993), Michael Pollack(1989), Peter Burke (1992) por possibilitarem a reflexão sobre os usos potenciais da memória nessa pesquisa.

Os olhares sobre as/os professoras/es

Na análise da imprensa, representada aqui pelos jornais o Estado do Paraná e Gazeta do Povo, precisamos de antemão destacar que a abordagem do Jornal *O Estado*² consiste em referendar as posições do Governo do Estado. O jornal era, a partir da década de sessenta, propriedade de Paulo Pimentel, o então governador, tendo sido utilizado para a sua eleição, em outubro de 65. Isso nos permite tomá-lo como revelador da posição do governo, mesmo que, como veículo da grande imprensa precisasse afirmar sua neutralidade e imparcialidade. Quanto ao jornal Gazeta do Povo, se torna mais difícil uma classificação definitiva. Assim como o Estado do Paraná, a Gazeta do Povo propõe um discurso de neutralidade e imparcialidade. Esse discurso é compatível com a ideário de um grande jornal que busca credibilidade. Contudo, tomando esse pequeno período estudado em relação a esse recorte específico: o das matérias sobre o Congresso dos professores do Paraná em outubro de 1968 consideramos a *Gazeta* como um contraponto. No *O Estado* há menos sutileza na explicitação das posições, o que é compreensível pois elas são governistas e era mais viável para a imprensa naquele contexto realizar um pronunciamento favorável ao poder constituído do que contra ele. Por outro lado, embora seu discurso não seja explicitamente contrário ao governo, a *Gazeta* valoriza e destaca com mais ênfase as notícias que são contrárias a ele. O contraponto dos dois jornais diz respeito ao objeto que estudamos. Percebemos que algumas matérias veiculadas tratavam de um mesmo fato, com abordagens totalmente opostas de um para outro jornal, sendo visível o tom de apoio ao governo presente no *Estado*, enquanto na *Gazeta* o tom oposto não é tão explícito, a abordagem é mais sutil, e ao invés de desvalorizarem diretamente os atos do governador, a opção que se percebe é por valorizar os feitos dos/das professores/as.




A análise do conteúdo dos jornais se fez por meio da seleção dos aspectos mais recorrentes, idéias principais, utilizadas nos comentários sobre as/os professoras/es e sobre o movimento, buscando pensá-los a partir dos próprios argumentos dos jornais, usando os significados que eles lhes dão. A leitura dos textos de imprensa sobre o movimento buscou primeiramente perceber o encadeamento dos fatos, o dia a dia do movimento e a que aspectos os jornais estavam dando mais ênfase, e que relatos e considerações eram feitos. Em seguida, buscamos estabelecer relações entre eles e os documentos produzidos pela Associação de Professores, pela Coordenação do Movimento, e pelas instituições do Estado tais como a SEC, o Governo do Estado, a DOPS, e a Assembléia Legislativa. A partir das questões sugeridas por esses discursos quando apresentados ou omitidos nos jornais, empreendemos algumas análises. Nos discursos dos jornais destacamos os conceitos, as qualificações sugeridas às ações das/dos professoras/es em cada contexto para que possamos empreender as análises.

Na busca, além de contrapontos, percebemos também, aqueles conceitos coincidentes, destacadas em ambos os jornais e que podem ser percebidos também nos documentos das/dos professoras/es e dos órgãos governamentais. O levantamento dessas concepções orientarão nossos roteiros e análises das entrevistas, pois podem também ser fatores organizadores das memórias das professoras que vivenciaram esse contexto. Nesses conceitos explicitam-se questões diversas: representações de gênero, posições, estratégias, oposições e hierarquias políticas, relações de poder, entre outras.

A ideia de professoras/es dedicadas/os, abnegadas/os, laboriosas/os, devotadas/os é presença constante tanto nos documentos escritos pela Associação, como nas referências feitas as/aos professoras/es nos jornais e notas oficiais do governo. A função docente é descrita como algo que se faz com amor, com esforços e sacrifícios e como uma missão sagrada. Nas representações sobre o Congresso de Professores/as, as qualificações mais recorrentes tratam-no como um movimento ordeiro, pacífico, que lutava por reivindicações justas. Essas concepções puderam ser percebidas nos dois jornais, mesmo apresentando suas particularidades.

No entanto, também percebemos diferenças significativas nos discursos, tanto se compararmos os dois jornais entre si, quanto avaliando exemplares do mesmo jornal publicados em dias distintos. De maneira geral, o discurso da *Gazeta* referenda e valoriza o ponto de vista dos/das professores/as, o discurso das/dos organizadoras/es e lideranças do movimento; enquanto *O Estado* valoriza o ponto de vista do governador e dos órgãos oficiais tais como a Secretaria de Educação, a Assembléia Legislativa, a




DOPS, o Exército. Isso se reflete nos julgamentos que estabelecem, na ordem dos relatos, na ênfase ou omissão a alguns fatos. Assim, temos num mesmo dia, referindo-se ao mesmo fato, manchetes com enfoques distintos, no *O Estado: Professor terá seu Estatuto*. (16/10/68, Caderno 1, p.1) e *Professor teve missa e diálogo em seu dia*. (16/10/68. Caderno 1, p. 8). Já na *Gazeta: Mestres encerram manifestações na Assembléia Legislativa* (16/10/68 Caderno 3, p. 1) e *O governador promete lutar pelo estatuto*. (16/10/68. Caderno 3, p. 1).

Os títulos das matérias já denotam as diferentes formas de relatar os fatos. Referindo-se à passeata ocorrida no dia anterior, *O Estado* destaca o discurso do governador dizendo que aprovaria o estatuto, enquanto a *Gazeta* ressalta a manifestação e destaca os/as *mestres* como protagonistas. Traz também à tona o fato dos/as professores/as terem sido proibidos/as de realizar a missa campal que pretendiam fazer nas imediações do Centro Cívico, fato omitido no *O Estado*.

Percebe-se nesse primeiro dia o jornal *O Estado*, com um discurso que retrata o movimento como colaborador com o governo e, portanto ordeiro, legítimo e pacífico, contudo o maior destaque é para a disponibilidade do governador ao diálogo e a solução dos problemas. Os/as professores/as são retratados/as de forma passiva, recebendo as ações do governo. (*Professor teve missa e diálogo em seu dia*. 16/10/68. Caderno 1, p. 8). A leitura desse jornal nos faz inferir que a opinião pública era favorável à mobilização dos/das professores/as, pois coloca, a imagem do governador, ao lado dos/das professores/as, acatando suas sugestões e dialogando com eles, considerando justas suas reivindicações e apontando as limitações financeiras do estado. Há também uma divergência significativa ao tratar do número de manifestantes presentes. Enquanto a *Gazeta* fala em 1200 pessoas *O Estado* afirma serem apenas 500. A *Gazeta* também traz uma foto, com o título *Passeata* (16/10/68. Caderno 3, p. 1) em que se tem ideia da grandeza do movimento.

A partir do dia 17 se confirma a continuidade da paralisação e há então a possibilidade de utilizar a opinião pública contra os/as manifestantes pelo prejuízo que estariam causando aos/as alunos/as. Os/as professores/as que faltaram às aulas passam a ser consideradas/os pelo jornal *O Estado*, como pessoas que precisam de punição pelo mal que causam. Em matéria de capa intitulada *Professor que não der aula não recebe* (17/10/68. Caderno 1, p. 1) o jornal traz declaração do Secretário de Educação anunciando uma portaria que determinava o corte nos salários dos/das professores/as faltosos dos estabelecimentos oficiais do ensino. Em outra matéria *O Estado* afirma,




usando a fala de uma professora da própria direção da APP, que foram *elementos exaltados* que contrariaram a decisão de que o Congresso permanente seria iniciado a partir do dia 18 e o convocaram para o dia seguinte, enquanto estavam na Assembléia Legislativa.

Essa cisão, introduzida no discurso sobre o/as professores/as, dá conta de resolver a aparente contradição com aquilo que fora afirmado no dia anterior. Aqueles/as professores/as tão elogiados/as em matéria do dia anterior não formavam um todo homogêneo, mas continuam sendo a maioria, Contudo a matéria intitulada *Professor está em greve não declarada* (17/10/68, Caderno 1, p. 6) afirma que há um grupo de *exaltados* que estariam vinculados/as ao movimento, e, foram eles/as que convocaram o Congresso para o dia seguinte, de forma precipitada, sem esperar a solução do governador. Dessa forma o jornal não critica a categoria como um todo, não contraria o conceito inicial de que os/as professores/as, *mestres*, exercem uma espécie de missão sagrada, sendo ordeiros/as, responsáveis e cumpridores/as do seu dever. Contudo há aqueles/as que não se enquadram nesse formato, *os/as exaltados/as*, e também os/as que faltam às aulas e que, portanto, deveriam ser punidos/as pelo desconto do salário.

Esse discurso de cisão na categoria é bastante explorado pelo *O Estado*. Toda a vez que elementos contraditórios à imagem do/da professor/a colaborador/a são acionados nas reportagens para criticar o movimento, há também uma referência à representação inicial, a de bons e ordeiros professores colocada como contraponto. É interessante perceber como são utilizadas as declarações das próprias lideranças do movimento para confirmar essa construção. Um exemplo curioso é a declaração da diretora da APP na matéria para *O Estado*, utilizando-se de recursos de linguagem que evitam um posicionamento contrário ao governo ou à ordem estabelecida:

'explicando o porque de tudo isso, a Sra Maria Luiza Merkle, uma das diretoras da Associação dos Professores declarou: 'Nós não estamos em greve' Apenas os professores foram convocados para um congresso com abstenção total das aulas, em apoio às nossas reivindicações. Trata-se de um movimento pacífico e que não tem caráter de protesto contra o governo. Apenas queremos que a Assembléia aprove o projeto do Estatuto do Magistério, velha aspiração do professorado e que possibilitará posteriormente a união de toda a classe em torno de uma nova luta, pela conquista de melhores vencimentos. [a professora teria declarado também que a realização de Congresso permanente teria sido] prevista para o dia 18, visando dar ao governador e às demais autoridades, relacionadas ao ensino, a oportunidade para atender as reivindicações da classe. 'Entretanto, em plena Assembléia Legislativa, elementos exaltados (...) propuseram a convocação imediata do congresso e a imediata paralisação



das aulas'. 'A proposição foi aceita e está sendo acatada pela diretoria, que inclusive organizou comissões para assegurar o êxito do movimento. (Professor está em greve não declarada, 17/10/68, caderno 1, p.6).


Essa é uma das poucas vezes que o jornal traz a fala de uma professora e nesse caso ela é utilizada para ilustrar a idéia da cisão no movimento. A fala da diretora a coloca ao lado das/dos professoras/es conscientes e colaborativas/os com o estado, em oposição aos elementos exaltados a que ela mesma se contrapõe, portanto ao que parece essa diretora não contraria a representação hegemônica das/dos professoras/es que as/os colocam ao lado da ordem, como cumpridoras/es dos seus deveres e obrigações.

A estratégia de reforçar a ideia de divisão na categoria das/dos docentes pôde ser percebida em momentos distintos da cobertura jornalística desse movimento. Explora-se a ideia de que tratam-se de alguns/mas professores/as mais radicais em oposição a uma ampla maioria que quer acordo, e que se enquadra naquele perfil do/a professor/a abnegado/a e dedicada/o unicamente a seus/suas alunos/as.

Em outros contextos uma nova forma de divisão é explorada: as divergências entre associações de professores do interior e da capital do estado. Um exemplo dessa divisão pode ser percebido em matérias publicadas num mesmo dia pelo *O Estado*: *Professores rejeitam proposta conciliatória e Mestres do Norte trouxeram voto de confiança ao governador* (19/10/68, Caderno 1, p. 8). A primeira referindo-se à assembléia do congresso instalada em Curitiba não ter aceito a aprovação do estatuto sem as emendas desejadas e a segunda a uma comissão da Associação de Professores do Norte do Paraná ter trazido um memorial com reivindicações próprias e ao fato de não aderirem ao posicionamento do Congresso. Aqui, são os/as professores/as do Norte que estarão associados/as a uma imagem ideal de professor/a e a capital representaria os/as intransigentes.

Num outro momento, quando as cidades do norte passam a aderir ao movimento e a montar seus próprios congressos *O Estado* se omite, não publicando matérias sobre o tema ou publicando apenas notas e declarações oficiais do Secretário de Educação, e dos deputados pedindo aos professores que retomem as aulas: *Estatuto não sai sob pressão, diz relator*. (23/10/68. Caderno 1, p. 8) e do exército declarando isenção em relação ao movimento: *Exército não apóia greve do professor*. (23/10/68. Caderno 1, p. 1. capa)

A principal estratégia do *O Estado* nesse contexto é a omissão, que só será abandonada quando o governador volta a ser protagonista no evento e se dispõe a




solucionar a questão. Nesse momento o jornal destaca os esforços do governador no sentido de sua solução ressaltando as atitudes dos/das professores/as que acatam essas propostas do governo, como os/as de Ponta Grossa que chega a ser chamada pelo *O Estado* de Capital Cívica do Paraná pelo fato de apoiá-lo. (Paulo soluciona problema dos professores, 29/10/68. Caderno 1, p. 3.)

No momento em que os/as professores/as não aceitam as propostas do governo, ou quando não aceitam o pedido da Assembléia Legislativa para que voltem às aulas e decidem continuar em congresso a ênfase do *O Estado* volta-se ao caráter de acordo entre governo e professores, resalta o diálogo, a festa, os aplausos ao governador, enfim aqueles elementos que selam o acordo a colaboração entre governo e professores/as. Alguns títulos exemplificam a valorização da postura do governador e do fim do movimento nesse contexto: *Paulo soluciona greve de professor.* (29/10/68. Caderno 1, p. 1.capa), *Ação de Paulo provoca festa.* (30/10/68. Caderno 1, p. 1.capa) e *Todo o Paraná apóia a solução de Paulo.*(30/10/68. Caderno 1, p. 3).

Em seguida, com a continuação do Congresso em Curitiba sem que as aulas fossem retomadas, torna-se difícil para o jornal *O Estado do Paraná* silenciar sobre esse assunto, ele então cita esse fato, mas o faz, em espaço menos destacado, abaixo da manchete e matéria principal, ressaltando o movimento como intransigente, por não aceitar a primeira solução dada pelo governador: *Surgiu novo impasse na greve de professores.* (30/10/68. Caderno 1, p. 3) e dá destaque à nova proposta do governador apresentada aos/as congressistas *intransigentes*.

Quando enfim o Congresso de Curitiba entra em acordo com o governador, a correta postura das/dos professoras/es ao conduzirem tudo da melhor forma é resgatada e destacada positivamente. Percebe-se também nesse momento uma coincidência entre o discurso propagado nas notas oficiais do governo e as matérias desse jornal. (Fim da greve de professor. 31/10/68. Caderno 1, p. 1.; Acatada a solução de Ponta Grossa. 31/10/68. Caderno 1, p. 3.; Greve começou calma e termina com festa. 31/10/68. Caderno 1, p. 3.)

Olhando para o discurso da *Gazeta* de modo geral percebemos que esse jornal, não deixar de enfatizar as atitudes e declarações do governo, no entanto, percebemos diferenças no seu posicionamento em relação ao movimento docente, se comparada ao *O Estado*. A *Gazeta* descreve o movimento abordando o ponto de vista dos/das professores/as. Os seus feitos são mais destacados nesse jornal, que, ao contrário do *O Estado*, os descreve priorizando a sua posição, opiniões e declarações. As manchetes




sobre o Congresso, com pouquíssimas exceções iniciam pela palavra mestres, destacando assim as atitudes desses/as atores/as, sendo que o governo ou os deputados são colocados em relação aos/as professores/as e não o contrário.

A *Gazeta*, gasta mais tinta discorrendo sobre o desenvolvimento do movimento. Destaca as adesões de professores/as, suas reivindicações, realiza entrevistas com professores/as, traz matérias mais completas, mais dados, mais explicações acerca do movimento. Chega até a apresentar matérias em que os professores/as criticam posturas tomadas pelo governo, como a portaria que desconta os salários, e as críticas à supostas informações falsas que estariam sendo veiculadas a partir do Palácio Iguazu para jogar pais contra mestres. (Professores são presentes aos trabalhos da Assembléia. 22/10/68. Caderno 3, p.6) Mas temos que ressaltar que as críticas estão sempre colocadas na voz dos/das professores/as, a *Gazeta* não as assume claramente. Mas a opção por publicá-las ao invés de omiti-las, revela sua posição favorável ao movimento.

As diferenças entre o Norte e a Capital não são pela *Gazeta* enfatizadas. A vinda de grupos do Norte para negociar em separado com o governador é abordada como um fato a mais, os/as professores/as do norte e da capital são tratados como grupos diferentes, mas seu antagonismo não é explorado. No entanto, quando novas cidades formam seus congressos e o Estado do Paraná nada publica, a *Gazeta* traz manchetes efusivas os destacando, tais como *Mestres tem apoio do norte do estado*. (22/10/68. Caderno 2, p.8), *Reunião de mestres prossegue no Norte*. (23/10/68. Caderno 1, p.5) e *Greve de mestres amplia-se*. (24/10/68. Caderno1, p. 1).

Algumas matérias citam o nome de cada município que adere, destacando o número cada vez mais ampliado de professores/as parados/as. De um modo geral, os dados sobre o movimento, sobre as suas reivindicações, e os relatos das atividades cotidianas do Congresso são mais abordados pela *Gazeta*. Nela estão referidas também alusões às demissões de diretores/as de escolas e aos documentos de protestos que algumas Associações de Pais efetuam a essas medidas bem como moções de apoio e solidariedade que recebem de outras cidades.


A maior riqueza de referências ao Congresso na *Gazeta* torna ainda mais significativa quando percebemos que muitas das informações que nela são publicadas não são sequer citadas pelo Estado do Paraná. Isso explicita as diferentes posições tomadas pelos jornais. No entanto é preciso relativizar a posição da *Gazeta* tendo em vista aquilo que já abordamos. A *Gazeta* valoriza o movimento dos/das professores/as dentro daqueles parâmetros do conceito de professores/as missionárias/os, da idéia de



mestres que é tão enfatizada por esse jornal. Ou seja, percebe-se que o apoio da *Gazeta* ao movimento das/dos professoras/es também está vinculado ao fato de estar sendo realizado por aquele/a professor/a ordeiro/a, conceituado/a como um/a sacerdote, pelas suas atitudes civilizadas e por que realizam os seus protestos de forma pacífica e sem atentar contra a ordem estabelecida.

Podemos pensar que o Congresso Permanente do Magistério tenha conexões com os processos de indignação popular das classes médias brasileiras, que se acirram a partir da morte do estudante Edson Luiz, em março de 1968. Esse período foi marcado pelas manifestações estudantis com adesão de segmentos das classes médias e também da Igreja. Por outro lado, podemos nos perguntar se os/as professores/as viam a si mesmos/as como parte da ordem estabelecida, estando em luta apenas pela defesa da importância social de sua profissão. Nesse caso, o fato de se declararem em Congresso e não em greve não estaria refletindo somente a necessidade de evitar as complicações da lei que lhes proibia a realização de greve. A idéia de Congresso Permanente poderia também estar refletindo uma postura específica de grande parte dos/das professores/as que não se entendiam enquanto trabalhadores/as comuns a ponto de fazerem greve, mas sim como uma categoria distinta. O fato dos dois jornais, tanto o opositor como o defensor do movimento tratarem as/os professoras/es de modo especial, também nos leva a crer que essa era uma representação corrente sobre o professorado no período.

Voltando o foco para as relações de gênero, quando olhamos de forma panorâmica para os documentos escritos a que tivemos acesso podemos estabelecer algumas reflexões. As imagens retratadas nos jornais sobre os movimentos mostram muitos homens e muitas mulheres reunidos/as na passeata do dia 15, e nos dias que se seguem em atividades do Congresso. Sentados/as na sala da APP, produzindo cartazes, sendo recebidos/as pelo governador ou pelos jornais. Nos materiais escritos, por outro lado, a linguagem genérica utilizada na maioria das vezes as/os trata como *mestres*, *professores*, ou seja referindo-se ao coletivo usam para isso a denominação masculina, fato que não permite que percebamos a presença específica das professoras. Entretanto, em alguns momentos essa designação de conjunto é feita no feminino, *as professoras* são destacadas genericamente no texto, mas isso só acontece quando trata-se das professoras normalistas ou professoras primárias. Não conseguimos dados da Secretaria de Educação para confirmar se havia ou não professores primários do sexo masculino. Pelos discursos, contudo, pudemos concluir que o trabalho docente nesse nível de ensino estava naturalizado como destinado às mulheres, às professoras.




Nos outros casos onde há necessidade de destacar o coletivo de professores/as, a categoria como um todo, ou determinados grupos no seu interior é o masculino genérico que prevalece nos documentos. Em se tratando dos/das professores/as licenciados/as não encontramos nenhuma referência no feminino. A linguagem governamental confirma essa diferenciação. A declaração do governo do estado, feita pelo governador na mensagem anual de governo encaminhada para a Assembléia Legislativa é curiosa nesse sentido. Quando trata de normalistas, a mensagem de governo o faz no feminino: as *normalistas* e quando trata de professores de ensino médio o tratamento é feito no masculino: os *professores*. Nesse sentido, observemos abaixo um trecho do Plano de Governo de 1968 em que o governador destaca as ações voltadas para a educação já realizadas:

entre outras atividades cabe ressaltar a realização do plano de emergência em educação com construção de 458 salas de aula em período recorde, a elaboração do Estatuto do Magistério sob recomendação da UNESCO, já encaminhado a Assembléia Legislativa; a execução de um levantamento patrimonial da Secretaria de Educação e Cultura e a formulação da nova estrutura organizacional da pasta; a nomeação de 3600 **professoras** normalistas e regionalistas habilitadas no teste de seleção, a realização de concurso para provimento de cargos de **professor** de ensino médio licenciado (grifos meus) com 700 aprovados entre 1240 inscritos e a realização da matrícula provisória em cumprimento a determinações da lei de diretrizes e bases da educação nacional. (PARANÁ, 1968 p. XXI)

Percebemos nesse trecho que há um destaque para a ampliação das salas de aula assim como para a contratação de professoras/es. Mas mesmo que não se tenha querido destacar, percebemos que as diferenças entre perfis profissionais e de gênero marcaram a representação das/dos professoras/es e pensamos que marcaram também suas práticas associativas e profissionais, assim como caracterizaram seus movimentos. Parece naturalizado que às mulheres não estavam destinados os postos mais altos, de maior formação e mais remunerados na educação.

A partir do olhar governamental, explicitado na mensagem de governo de 1968, as/os professoras/es no período também são retratadas/os por meio da descrição de dados obtidos através do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais sobre o professorado paranaense:

Quanto à distribuição dos professores a situação é a seguinte: num total de 35046, professores, 71% são estaduais, 27% são municipais e somente 2% são particulares. Na capital, 92% dos professores são mantidos pelo estado, 2% pelo município e 6% por entidades particulares. No interior 68% são estaduais, 315 municipais e somente 1% particulares. Quanto a formação pedagógica 35% são normalistas, 12% regionalistas, 37% sem habilitação e 17% sem informação. Das normalistas, 73% estão na capital e 28% estão no interior; das sem habilitação




10% estão na capital e 12% estão no interior; das sem habilitação 10% estão na capital e 41% estão no interior, estando o restante sem informação. Do total geral, 35% são normalistas de grau colegial e 12 % de grau ginásial, concentrando a capital 73% das normalistas de grau colegial. Do número geral de professores, 1296 estão adidos e 749 em licença. (PARANÁ, 1968. p. 93).

Percebe-se nesse relatório, os diferentes tipos de profissionais de acordo com sua formação, vínculo empregatício e distribuição geográfica. Isso demonstra as diferenças existentes no interior de uma categoria profissional que estava longe de ser homogênea. Essas diferenças são visíveis também no movimento associativo que, nesse contexto, se divide em diferentes associações por região do estado, por município e pelo tipo da formação profissional tais como a associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná que agregava apenas professoras/es com formação em licenciatura daquela região. O movimento deflagrado nesse ano, no entanto, iria abranger a todos/as, e a própria imprensa destacará com ênfase a participação, de professores/as primários/as e licenciados/as na paralisação das aulas.

Em artigo que trata dos processos de sindicalização e de profissionalização docente, Paula Vicentini (2003, p. 338) destaca as diferentes representações de professoras/es primárias/os e secundárias/os atribuídas por ela às diferenças de formação e de constituição da identidade profissional em virtude da estruturação dos sistemas de ensino. Outro artigo destaca as especificidades das identidades do/da professora/or primária/o em relação as/aos professoras/es secundárias/os ou licenciadas/os, a partir de suas representações na imprensa e nos textos pedagógicos. (FISCHER, 2003).

Portanto, num primeiro olhar para as representações dos/das professores/as, vemos que, além das reflexões que tomam por base as questões sócio econômicas e salariais, há diferenças regionais, de gênero e de tipo de formação perpassando as questões de classe que envolvem a profissão e a identidade docente. Para Vicentini, por exemplo a divisão entre licenciadas/os e professoras/es primários demarcaram a constituição da identidade e das associações de docentes. A feminização da docência, nesse caso também deve ser considerada, pois articula-se à diferença salarial e de formação profissional entre professores/as.

Nos documentos que acessamos foi difícil observar como se davam as relações entre homens e mulheres professores/as quanto à participação no movimento. Buscamos, portanto, observar como era retratada a participação das mulheres nos debates do Congresso. Nos relatos das reuniões da APP e do Congresso a que tivemos acesso,




somente homens são citados nominalmente como oradores que fizeram uso da palavra. A única menção nominal que encontramos refere-se a uma professora, que segundo o relatório do agente da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) “As 21,30 horas, foram apresentados ao plenário como membros da mesa diretora a professora Iolanda Vicentini, presidenta da Associação de Professores do Norte do Paraná, com sede em Londrina, a qual, veio especificamente para o Congresso...”(RODRIGUES. PARANÁ, 18/10/68. p.7). Conforme destaque no trecho acima, ao que parece, a professora não fez uso da fala, apenas foi apresentada. Como se tratam de relatos, de reportagens, de algumas versões a que tivemos acesso na forma de fragmentos, precisamos considerar que estamos tratando da representação que a atuação das professoras recebeu nesses relatos, o que não significa que essa e outras professoras não tenham feito uso da palavra ou participado das decisões. As imagens a que tivemos acesso registram a participação e presença feminina, em muitos casos constituindo a maioria das/dos Congressistas. Contudo nos relatos que nominam e descrevem a participação nas reuniões e o uso da palavra, apenas professores homens têm seus nomes citados.

Nos jornais, a maioria das declarações que se referenciam e nominam sujeitos do movimento, tratam de professores do sexo masculino, constituindo-se em uma das poucas exceções o caso da declaração citada acima, da professora Sra Maria Luiza Merkle.

Nesse primeiro olhar para os documentos escritos foi possível apenas perceber que, nas representações da categoria profissional desse movimento, poucas vezes encontramos referências diretas à atuação de mulheres professoras, seja nos discursos governamentais, na imprensa periódica, nos documentos da DOPS ou nas referências da própria APP. Na história da Associação de Professores do Paraná, de 1947 até hoje registram-se apenas duas presidentas, uma delas, a presidenta atual, Marlei Fernandes, a outra: Isolde Andreatta, dirigiu a associação de 1988 a 1991. Embora sejam significativas participantes nas imagens das mobilizações, reuniões e passeatas, como não poderia deixar de ser numa profissão majoritariamente feminina, são os homens que mais aparecem na posição de oradores e mais são citados pela imprensa.

Pensamos que talvez isso se deva ao uso do masculino genérico para designar os coletivos, o termo “os professores”, estaria ocultando, nesse caso, muitas professoras. Por outro lado, talvez a participação ativa das mulheres, fazendo falas, tomando decisões fosse mesmo reduzida em relação à dos homens professores, pensamos também que em alguns casos o próprio olhar das pessoas que realizaram os registros fez com que elas




fossem omitidas. Poderíamos inferir que mesmo numa profissão com ampla participação feminina, a representação mais forte parece ser a de que os homens é que tomam as decisões, são protagonistas dos direcionamentos políticos. Refletir sobre isso, para além da busca de razões externas, deve nos levar a buscar elementos do processo de subjetivação dessas mulheres professoras, das suas trajetórias pessoais e familiares, da sua situação na condição de profissionais que também sejam definidores dessas representações e que precisam e podem ser melhor pensados a partir de seus relatos de memórias.

A partir das memórias pensamos que poderemos problematizar a idéia de que não houve participação e influência do conjunto de mulheres que compõem a categoria nas decisões e compreender por que não foram as suas vozes que prevaleceram nas representações da atuação pública da categoria profissional. Nesse sentido, lembramos de um trabalho de Maria Mogarro (2004) que analisa as imagens sobre a profissão docente em Portugal nos anos de 1960 a partir de suas publicações na revista de uma escola de formação de professoras/es. As publicações de alunos/as e de professores/as da escola são tomadas como representativas do pensamento docente pois se constituem num exemplo da produção de um grupo sócio profissional.

Nessa análise, a autora observa que embora a maioria das estudantes da escola seja constituída por mulheres, percentualmente a maioria dos textos escritos é escrita por homens autores. Conclui então que o universo da produção cultural realizada na órbita da instituição foi predominantemente masculino. Nesse sentido pensamos que trazer à cena as memórias de professoras, buscando outras referências para além da voz dos professores do sexo masculino, pode lançar luz para a participação, seja como protagonistas ou coadjuvantes, das mulheres professoras nos processos de mobilização e na sua profissionalização e às relações de gênero existentes entre as representações sobre a docência, a identidade docente, e as práticas profissionais e políticas dessas mulheres professoras.

Uma hipótese que temos é de que a experiência da participação política provocava tensionamentos nas representações de docência que associavam essa profissão a uma missão, a uma continuidade das tarefas domésticas que eram “naturalmente” atribuídas às mulheres, fazendo com que as professoras percebessem as desigualdades a que estavam sujeitas nessa profissão. Pensamos que a participação no espaço público poderia também possibilitar questionamentos em relação as próprias tarefas domésticas, provocando tensões no espaço privado, na sua vida familiar, por exemplo. Enfim, essas



são algumas possibilidades de reflexão, apontadas por um primeiro olhar que terá que ser matizado por meio da análise dos relatos orais, que pela nossa expectativa, trarão mais elementos por meio das experiências de vida que colocarão ao nosso alcance.

Notas

¹ Essa escolha foi baseada na leitura do texto de Kátia Cristina Dias da Costa (2008) que em sua dissertação de mestrado problematiza o uso do genérico masculino no seu texto e fundamenta a opção por grafar ambos os gêneros como um posicionamento político e teórico feminista.

² Ao longo do texto faremos referência ao jornal O Estado do Paraná de forma resumida: *O Estado* bem como, para o jornal Gazeta do Povo utilizaremos apenas *Gazeta*, evitando tornar a leitura cansativa e redundante.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. W. (1997) Controlando o trabalho dos professores proletarização: Classe e gênero. In: APPLE, Michael. W. **Os professores e o currículo: abordagens sociológicas**. Educa:Lisboa.

APPLE, Michael. W. (1987) **Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev.

APPLE, Michael. W. (1988) **Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 64, p. 14-23, fev.

BUENO, Belmira O.; CATANI, Denice B.; SOUSA, Cynthia P. de.(2000) "**O amor dos começos**": por uma história das relações com a escola. Caderno de Pesquisa, n.111, p.151-171.


BUENO, Belmira O.; CATANI, Denice B.; SOUSA, Cynthia P.; SOUZA, Maria Cecília C.C.(1996) **Memória e autobiografia**: Formação de Mulheres e Formação de professoras. Revista Brasileira de Educação, mai/jun/jul/ago, n. 2, p.61-76.

BUENO, Belmira O.; CATANI, Denice B.; SOUSA, Cynthia P.; SOUZA, Maria Cecília C.C. (2000) **Docência, Memória e Gênero**: Estudos sobre Formação. São Paulo: Editora Escritura. 2ªEdição.

BURKE, Peter. (1992) **A história como memória social**. In: O mundo como teatro – Estudos de antropologia histórica. Lisboa. Difel.

BURKE, Peter. (1992) **A história seu passado seu futuro**. In: A escrita da historia: novas perspectivas. São Paulo: Ed UNESP. 1992b.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. (1988) **Estudos sobre mulher e educação**:



algumas questões sobre o magistério. Cad. Pesq. São Paulo, n. 64, p. 4-13.

CARVALHO, Marília Pinto de.(1996) **Trabalho docente e relações de gênero**: algumas indagações. Revista Brasileira de Educação, n. 2, p. 77-84.

CATANI, Denice Bárbara. (2003) **Estudos sobre história da profissão docente**. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira,FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. p. 585-599.

CHARTIER, Roger. (1994) **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol 7, n.13, p. 97-113.

CHARTIER, Roger. (1990) **Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais**. In: A história cultural: entre práticas e representações. Rio de janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; DIFEL, p. 13-28.

COSTA, Kátia Cristina Dias da. (2008) **Discursos sobre corpo e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física e de Orientação Sexual**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de & VIDAL, Diana Gonçalves. (2002/2003) **História da Educação no Brasil**: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: Educação em foco. Juiz de Fora, v.7 ,n.2.

FISCHER, Beatriz Daudt.(2003) **A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970)** In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes.


GARCIA, Maria Manuela Alves, HYPOLITO, Álvaro Moreira e VIEIRA, Jarbas Santos. **As identidades docentes como fabricação da docência**. (2005) Educação e Pesquisa, vol.31, n.1, p. 45-56.

LOURO, Guacira Lopes. (1989) **Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher**. Educação e Realidade. Vol.14 (2), jul/dez.

LOURO, Guacira Lopes. (1997) **Mulheres nas salas de aula**. In: PRIORE, M (org) História das mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. (2000) **Gênero e magistério**: identidade , história, representação. In. CATANI, D, BUENO,B. SOUSA, C. SOUZA, M.(orgs) Docência, Memória e Gênero: Estudos sobre Formação. São Paulo: Editora escritura. 2ªEdição, p. 77- 83.

LOURO, Guacira Lopes. (1995) **Gênero, história e educação**: construção e desconstrução. Revista Educação e Realidade. 20 (2), p.101-132, jun a dez.



LOURO, Guacira Lopes.(1998) **O gênero da docência**. Magistério trabalho feminino? Representações de professores e professoras. *In*: LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva estruturalista. Petrópolis: Vozes, p. 88-109.

LOURO, Guacira Lopes.(1990) **A história (oral) da educação**: algumas reflexões. *In*: MEC-INEP. Revista Educação em aberto. Brasília ano IX nº 47, jul/set 1990.

MOGARRO, Maria João. (2004) **Os professores e as suas imagens**: a profissão docente em Portugal nos anos de 1960. *In*: MENEZES, Maria Cristina de.(org) Educação, Memória, História. Possibilidades, Leituras. Campinas: Mercado das Letras.

NORA, Pierre. (1993) **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: Editora da PUC, p.7-28.

PARANÁ. **Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1961 a 1980.

PIZZETTI, Sílvia. (2003) **Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico: algumas reflexões entre passado e futuro**. História Social. Campinas-SP, n. 10, p.13-34.

POLLACK, Michael. (1989) **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15.

SCOTT, Joan.(1995) **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99. Jul./dez.

VIANNA, Cláudia Pereira.(1996) **Magistério paulista e transição democrática**: gênero, identidade coletiva e organização docente. Revista Brasileira de Educação, n. 3, p. 75-85.


VIANNA, Cláudia Pereira. (2000) **Organização docente paulista**: crise, identidade coletiva e relações de gênero. Revista Brasileira de Educação, n.13, p. 54-72.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. (2009) **História da Profissão Docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez.

VICENTINI, Paula Perin.(2003) A profissão docente no Brasil: sindicalização e movimentos. *In*: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fontes Documentais

ZANARDINI, Ismael Fabrício. ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. **Ofício 103/68 ao Diretor da Delegacia de Ordem Política e Social**. 14/10/68. 1f. Pasta BR



PRAPPR.PB004.PT94b.12, p. 6.

RODRIGUES. PARANÁ. DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Reunião de professores do dia 17/10/68.** (assinado por Rodrigues agente de serviço) Curitiba, 18/10/68 . 2 f. Arquivo Público do Paraná - Pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12 – PP.7 e 10.

ZANARDINI, Ismael Fabrício. Mensagem da Associação dos Professores do Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15/10/68.

Professor terá seu estatuto. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16/10/68. Caderno 1, p 1.

Professor teve missa e diálogo em seu dia. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16/10/68. Caderno 1, p. 8.

Professor que não der aula não recebe. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17/10/68. Caderno 1, p. 1. (capa).

Professor está em greve não declarada. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17/10/68. Caderno 1, p. 6.

Professores rejeitam proposta conciliatória. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19/10/68. Caderno 1, p. 8.

Mestres do Norte trouxeram voto de confiança ao governador. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19/10/68. Caderno 1, p. 8.

Exército não apóia greve do professor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23/10/68. Caderno 1, p. 1. (capa)


Estatuto não sai sob pressão, diz relator. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23/10/68. Caderno 1, p. 8.

Paulo soluciona greve de professor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29/10/68. Caderno 1, p. 1. (capa)

Paulo soluciona problema dos professores. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29/10/68. Caderno 1, p. 3.

Ação de Paulo provoca festa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30/10/68. Caderno 1, p. 1.(capa)

Todo o Paraná apóia a solução de Paulo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30/10/68. Caderno 1, p. 3.



Surgiu novo impasse na greve de professores. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30/10/68. Caderno 1, p. 3.

Finda greve de professor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31/10/68. Caderno 1, p. 1.(capa)

Acatada a solução de Ponta Grossa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31/10/68. Caderno 1, p. 3.

Greve começou calma e termina com festa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31/10/68. Caderno 1, p. 3.

Mestres encerram manifestação na Assembléia Legislativa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16/10/68. Caderno 3, p. 1.

Passeata (foto) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16/10/68. Caderno 3, p. 1.

O governador promete lutar pelo estatuto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16/10/68. Caderno 3, p. 1

Mestres tem apoio do norte do estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22/10/68. Caderno 2, p.8.

Professores são presentes aos trabalhos da Assembléia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22/10/68. Caderno 3, p.6.

Reunião de mestres prossegue no Norte. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23/10/68. Caderno 1, p.5.

Greve de mestres amplia-se. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24/10/68. Caderno1, p.1.